



PROJETO JUDÔ SOLIDÁRIO: uma análise sobre o método artesanal de se ensinar lutas.

Davi J. S. RAMOS¹ ; Iago C. P. LINO²; Denis B. SILVA ³.

RESUMO

Este estudo examina a desprofissionalização no ensino de lutas dentro da Educação Física, evidenciando a predominância de uma prática artesanal sem respaldo científico. Através do exemplo do projeto "Judô Solidário", demonstra-se a importância de integrar teoria e prática pedagógica para qualificar o ensino e fortalecer a profissionalização da área. Conclui-se que essa articulação é fundamental para consolidar a Educação Física como profissão.

Palavras-chave: Educação Física; Artesanato; Escolas de Ofício.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Física tem sido considerada uma área de intervenção profissional didático-pedagógica que atua na cultura de movimento (Betti, 2005). Tal noção de profissão na Educação Física também está enraizada e respaldada pelo Conselho Federal de Educação Física, que normatiza, disciplina e fiscaliza “o exercício da profissão, e da observância de seus princípios éticos profissionais” (CONFED, 2015). No entanto, será que a sociedade tem considerado a Educação Física com o mesmo *status* de profissão?

Lawson (1984), estabelece um *continuum* de profissionalização/desprofissionalização. Para ele, a profissionalização representa o auge em qualquer campo de trabalho, já a desprofissionalização é seu oposto, indicando que, quanto menos a sociedade valoriza um serviço, menor é a percepção de profissionalismo na área. No caso da Educação Física, Lawson (1984) considera como semi-profissão, pois ainda não desfruta de características de uma profissão que é o reconhecimento da sociedade, a autonomia, o monopólio e a confiança da sociedade; não sendo também uma ocupação – trabalhos que não demandam conhecimento científico –, pois para sua atuação profissional, faz-se necessário concluir um curso de formação inicial.

A desprofissionalização da Educação Física está ligada a alguns elementos da cultura corporal de movimento, como as lutas e as danças, que advogam pela independência da Educação Física. Nesse sentido, alega-se que tais manifestações possuem uma tradição própria e, por essa

¹Bolsista NIPE, IFSULDEMINAS–Campus Muzambinho. E-mail:davi.ramos@alunos.ifsuldeminas.edu.br

²Discente em Licenciatura em Educação Física, IFSULDEMINAS–Campus Muzambinho.
E-mail:iagolino64@gmail.com

³Orientador, IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. E-mail: denis.silva@muz.ifsuldeminas.edu.br.

razão, não demandam da necessidade de formação superior em Educação Física para seu ensino em ambientes não-escolares.

Isso evidencia o quanto o ensino de lutas pode estar sendo ofertado como um serviço de má qualidade, uma vez que não há conhecimento científico que respalda tal atuação, aproximando-se mais de uma ocupação. No caso dos professores de lutas, muito se pode saber sobre golpes e técnicas, porém, o conhecimento pedagógico é igualmente essencial (So; Betti, 2013).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diante dessa necessidade, o projeto de lei N.º 3.649/2020 (Brasil, 2020) tem proposto que o ensino de lutas seja feito por graduados em alguma modalidade de luta com certificação reconhecida pela Federação responsável. Nesse sentido, Barros (1993) levanta a hipótese da regulamentação da profissão de mestre, porém, destaca a necessidade de integrar estudos científicos à prática pedagógica, já que toda e qualquer profissão demanda conhecimento científico.

No entanto, Drigo (2007) observa que, na prática cotidiana, os professores de lutas e artes marciais frequentemente se baseiam em conhecimentos adquiridos pela experiência prática, reproduzindo o que foi aprendido, em vez de se respaldarem no método científico, o que afeta a qualidade de aprendizagem nos praticantes. Tal cenário leva pesquisadores a compararem as lutas com o *artesanato* (Drigo, 2007), visto que a educação artesanal pode ser identificada na relação entre mestre e aprendiz na construção de saberes das lutas.

Nessa mesma esteira de pensamento, Rugiu (1998 *Apud* Drigo, 2007, p.35) aponta que as modalidades de combate ensinam os alunos de forma *artesanal* e destaca três características que as lutas possuem que correspondem às *Escolas de Ofícios*. Essas características são: (i) os aprendizes aprendem fazendo; (ii) apresentam uma imagem valorizada do Mestre; (iii) as atividades práticas são consideradas tão formativas de caráter quanto os estudos normais.

Sobre a primeira característica, em que se “aprende algo fazendo”, refere-se à aprendizagem por observação assistemática. Nesse sentido, muitos praticantes de lutas aprendem sem uma metodologia pedagógica respaldada pela ciência, assim como é feito pelos *artesãos* em suas *Escolas de Ofícios*. Nessas escolas, o aprendiz sapateiro aprende a desempenhar seu serviço observando *artesanamente* o mestre sapateiro.

Já se tratando da segunda característica, a imagem valorizada do Mestre. Tal situação também pode permitir uma série de abusos, como é o caso do aprendiz que aceita diversas condições (violências físicas, simbólicas, abuso moral, sexual) em função da supervalorização do Mestre.

Em terceiro, no que tange à equivalência das atividades práticas de lutas com os estudos formais, é comum que muitos da sociedade sugerirem a inscrição de uma criança em alguma arte marcial para melhorar a disciplina, pois lá aprenderá valores importantes e desenvolverá seu caráter, que não possui fundamentação científica.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Drigo (2007) ressalta que as universidades e centros de Pesquisas têm se ausentado ou pouco se interessado pelos estudos relacionados às lutas, bem como as confederações de lutas pouco têm estimulado a pesquisa e interagido com as universidades brasileiras. Entretanto, no campo de intersecção entre Instituições de Ensino Superior (IES) e lutas, almeja-se que o ensino de lutas nos cursos de formação de profissionais de Educação Física seja respaldado no método científico, característica de toda e qualquer profissão.

Através das pesquisas apresentadas no presente trabalho, o projeto “Judô Solidário” teve como objetivo alinhar o ensino de lutas, especificamente o judô, com a pesquisa científica. De forma que as aulas ministradas estivessem na contramão do ensino artesanal, como apresentado acima, possibilitando que os alunos tivessem aulas que aproximasse o conhecimento prático do mestre, e as discussões teóricas acadêmicas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Se formos considerar a Educação Física como *profissão*, nota-se que esta área tem convivido com práticas corporais que têm seu serviço prestado por pessoas sem formação profissional, como as lutas, que seguem aos moldes de *Escolas de Ofício* (Drigo, 2007).

Tal situação é contraditória, afinal, o que caracteriza a profissão é o conhecimento científico, o ensino de lutas nas Instituições de Ensino Superior pode estar sendo tratado de modo artesanal. Não distante, isso pode justificar por que muitos professores de Educação Física demonstram insegurança docente em tratá-la como conteúdo escolar, uma vez que suas aprendizagens persistem de forma artesanal, sem oferecer soluções para futuros problemas profissionais. Nesse sentido, não seria uma contradição almejar a formação do professor de Educação Física, porém, respaldando-se predominantemente na artesanaria?

Os resultados obtidos com o projeto revelam que unificar os conhecimentos práticos do mestre com o conhecimento acadêmico, garantem uma segurança ao docente, já que este tem a confiança de estar respaldado cientificamente para ministrar as aulas.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que deveria existir maior interesse dos centros de pesquisa em realizar mais estudos sobre o ensino das lutas e até mesmo das confederações de lutas, pois o modo atual de ensino é baseado no “saber fazer”, ou seja, ensinando o que se aprendeu. O ideal é realizar estudos sobre o ensino das lutas em todos os níveis de ensino, desde o ensinar para o praticante que irá fazer as aulas de lutas como uma atividade recreativa até o nível de ensinar dentro das Universidades, pois isso garante um ensino de maior qualidade para os futuros professores de Educação Física que forem ensinar o conteúdo de lutas dentro ou fora das escolas.

O caso do projeto “Judô Solidário” ilustra como a articulação entre a prática empírica dos mestres e as discussões teóricas acadêmicas contribuem para uma maior segurança no exercício docente e para a qualificação do ensino, superando o modelo artesanal ainda predominantemente. Nesse sentido, o fortalecimento dessa relação entre teoria e prática constitui um passo fundamental para consolidar a Educação Física como uma profissão devidamente respaldada pelo método científico e valorizada pela sociedade.

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer ao NIPE (NÚCLEO INSTITUCIONAL DE PESQUISA E EXTENSÃO) por financiar o projeto.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. M. de C. **Educação física e esporte: profissões?** Kinesis, n. 11, 1993. p. 5-16

BETTI, Mauro. Educação física como prática científica e prática pedagógica: reflexões à luz da filosofia da ciência. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 183-197, set. 2005.

BRASIL. Projeto de Lei n.º 3.649, de 14 de julho de 2020. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de professor de artes marciais e esportes de combate. **Diário da Câmara dos Deputados**.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Resolução CONFED nº 307/2015. **Revogada pela Resolução CONFED nº 508/2023**. Rio de Janeiro: CONFED, 2015.

DRIGO, Alexandre Janotta. **O JUDÔ; DO MODELO ARTESANAL AO MODELO CIENTÍFICO: um estudo sobre as lutas, formação profissional e a construção de habitus..** 2007. 312 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2007.

LAWSON, H. **Inviation to physical education**. Tradução de Atilio de Nardi Alegre. Champaign, Human Kinetics Bood, 1984, cap. 1- Membro de uma profissão, p. 5-17.

SO, Marcos Roberto; Betti, Mauro. Lutas na Educação Física escolar: relação entre conteúdo, pedagogia e currículo. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 17, n. 178, 2013.